

Histórias das Favelas em Santo André

Sobre este Policy Brief

Este policy brief é um documento técnico-sintético que apresenta evidências produzidas em pesquisa e as traduz em subsídios objetivos para a gestão pública. Seu objetivo é apoiar processos de tomada de decisão com base em dados, análises qualificadas e diagnósticos territorializados.

Ao reunir achados empíricos, identificar problemas estruturais e indicar implicações para políticas públicas, o policy brief busca reduzir a distância entre produção científica e ação governamental. Trata-se de um instrumento voltado à formulação, aprimoramento e monitoramento de políticas, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e territoriais.

1. Identificação

Autora: Silmara Conchão

Título da Pesquisa: Histórias das Favelas em Santo André

Área de incidência: Saúde; Habitação; Assistência Social; Governança Territorial; Intersetorialidade; Ações Afirmativas e Direitos Humanos.

2. Problema

A pesquisa evidencia a invisibilização histórica e política das favelas como parte constitutiva da cidade, contribuindo para a reprodução de desigualdades e para a formulação de políticas públicas fragmentadas, descontínuas ou insuficientes. Identifica-se lacuna na sistematização da memória social dessas comunidades, especialmente das mulheres fundadoras e lideranças locais, o que dificulta compreender como esses territórios se organizaram, resistiram e produziram redes de cuidado, trabalho e solidariedade ao longo do tempo.

3. Evidências empíricas

1. **Descontinuidade e focalização de políticas públicas**

Registros administrativos municipais e documentos institucionais evidenciam que intervenções urbanísticas e programas de regularização ocorreram de forma pontual e não universal, concentradas em determinados períodos de governo, sem cobertura integral dos núcleos existentes.

2. **Recorrência temática nas narrativas orais**

Depoimentos coletados junto a moradoras fundadoras e lideranças locais apontam padrões reiterados de autoconstrução, mutirões para implantação de infraestrutura básica e mobilização coletiva para acesso a água, luz e equipamentos públicos, indicando que a consolidação territorial antecedeu ou substituiu a presença do poder público.

3. **Interseccionalidade das desigualdades**

A pesquisa demonstra que desigualdades de gênero e raça produzem vulnerabilidades distintas dentro desses territórios, afetando de forma mais intensa mulheres, especialmente mulheres negras, em indicadores como renda, segurança alimentar, trabalho e acesso a direitos sociais. A análise reforça a necessidade de compreender a história das favelas a partir da articulação entre classe, raça e gênero.

4. **Implicações para a gestão pública**

Os achados impactam diretamente:

Os achados impactam diretamente:

- **Políticas de Regularização Fundiária**, evidenciando a necessidade de abordagem abrangente e contínua para garantir direitos de propriedade e acesso à infraestrutura adequada.
- **Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família (ESF)**, demandando planejamento territorial baseado em vulnerabilidades específicas, redefinição de microáreas e fortalecimento do cuidado longitudinal.
- **Articulação Intersetorial**, com integração entre saúde, educação, habitação, assistência social, cidadania, meio ambiente, trabalho e renda, planejamento urbano e governança territorial, promovendo atuação coordenada “tudo junto ao mesmo tempo e no mesmo lugar”.

- **Programas de Inclusão Social**, com foco nas desigualdades de gênero e raça, incluindo políticas de capacitação e inserção laboral voltadas a mulheres negras e outras populações mais vulnerabilizadas.
- **Participação Comunitária**, reconhecendo o papel histórico da mobilização coletiva na consolidação territorial e incentivando práticas participativas na definição de prioridades públicas.
- **Gestão de Água e Saneamento**, considerando as especificidades territoriais e promovendo equidade no acesso a água potável e esgotamento sanitário.

5. Recomendações para a gestão municipal

Recomendações para a gestão municipal

1. Implantar planejamento territorial integrado com base em evidências

Atualizar o mapeamento municipal das favelas, integrando dados de saúde, habitação, trabalho, meio ambiente e assistência social, para definição de prioridades orçamentárias e metas específicas por território.

2. Fortalecer a Atenção Básica com enfoque territorial e interseccional

Reorganizar microáreas da Estratégia Saúde da Família conforme vulnerabilidades sociais identificadas, ampliando busca ativa, ações preventivas e qualificação permanente dos Agentes Comunitários de Saúde e equipes da ESF.

3. Institucionalizar a articulação intersetorial

Criar instância permanente de coordenação entre habitação, meio ambiente, saúde, assistência social, educação, trabalho e renda, cidadania e planejamento urbano, com monitoramento de indicadores e participação comunitária, garantindo continuidade das ações independentemente de mudanças de gestão.

6. Determinantes Sociais da Saúde (DSS)

No plano estrutural, destacam-se a desigualdade de renda, a inserção precária no trabalho industrial e informal, as hierarquias de raça e gênero — especialmente a centralidade das mulheres na sustentação material e simbólica das comunidades — e o modelo de urbanização excludente que marcou a expansão do município no contexto do Grande ABC.

No plano intermediário, evidenciam-se as condições de moradia e autoconstrução, a ausência ou implantação tardia de saneamento, transporte e equipamentos públicos, a exposição a áreas ambientalmente vulneráveis e o acesso desigual a serviços do Sistema Único de Saúde e da assistência social.

A pesquisa incorpora ainda determinantes simbólicos e políticos, como estigmatização territorial, invisibilização institucional e luta por reconhecimento, demonstrando que a saúde, nesses territórios, é produzida na intersecção entre condições materiais, organização comunitária e memória social.

7. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 1, ODS 3, ODS 5, ODS 6, ODS 8, ODS 10, ODS 11, ODS 16.